



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638945 - MS (2021/0003759-1)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
IMPETRANTE : FLAVIO MODENA CARLOS
ADVOGADO : FLAVIO MODENA CARLOS - PR057574
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PACIENTE : JHONATAN SOARES DE AZEVEDO (PRESO)
CORRÉU : EZEQUIEL DA CONCEICAO SOUZA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JHONATAN SOARES DE AZEVEDO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL (Processo n. 1417141-42.2020.8.12.0000).

O paciente foi condenado à pena de 7 anos e 6 meses de reclusão em regime inicial fechado, pela prática do crime previsto no art. 33 da Lei n. 11.343/06. O *habeas corpus* impetrado no Tribunal de origem não foi conhecido pelo relator sob o fundamento de que "o presente remédio constitucional foi impetrado na forma de sucedâneo do recurso de revisão criminal, mecanismo impugnativo cabível, de forma específica, para impugnação da decisão proferida pelo magistrado da instância singela" (fl. 9).

O impetrante sustenta que, "muito embora, tecnicamente, esteja correta a decisão nos moldes da orientação deste Sodalício Superior e do STF, é indispensável, por outro lado, que seja aferido o alegado constrangimento ilegal sob pena de ofensa ao artigo 5º, LXVIII, da CF" (fl. 5).

Requer, em pedido liminar e no mérito, que o Tribunal de origem julgue o mérito da ordem de *habeas corpus* lá impetrada.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração,

deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente